



MARIALVA

Requerimentos são novamente rejeitados em sessão da Câmara

26 de setembro de 2025

Ariádiny Rinaldi

Data	Fonte	Crédito da Imagem
26 de setembro de 2025	Assessoria de Imprensa da Câmara de Marialva	Ariádiny Rinaldi



MARIALVA

Data	Fonte	Crédito da Imagem
------	-------	-------------------

Na sessão ordinária realizada na segunda-feira (22/9), a Câmara Municipal de Marialva voltou a analisar requerimentos semelhantes aos já discutidos e rejeitados na semana anterior. As propostas pediam informações sobre a manutenção de uma ambulância da Defesa Civil, a obra da Estação Compacta de Tratamento e relatórios do Controle Interno. Solicitações de informações foram rejeitadas pela maioria dos vereadores. Votaram contrários os vereadores Miro, Toninho, Paulinho, Marcos Fragal e Grazi Scaliante.

O **Requerimento nº 76/2025**, de autoria dos vereadores Fabinho, Rafael Poly e Sheila Gabarron, reiterava a cobrança de documentos sobre o conserto de uma ambulância da Defesa Civil. O pedido questionava quem autorizou e executou o desmonte do veículo, além do uso de peças sem registro patrimonial e do transporte da ambulância até a oficina autorizada. Durante a discussão, o vereador Marcos Fragal explicou que o servidor Fernando Boschini, responsável pela mecânica no almoxarifado municipal, realizou reparos que permitiram economia ao Município ao consertar diversos veículos, sem necessitar do serviço da empresa de Mandaguari, com a qual a Prefeitura tem contrato de licitação. Segundo ele, foi necessário desmontar o motor e retirar o para-choque antes de levar a ambulância para a oficina credenciada, já que o almoxarifado não dispõe de equipamentos específicos para essa etapa. Fragal acrescentou que, ao receber o veículo, a empresa se surpreendeu com a situação, o que gerou a denúncia, mas que, posteriormente, reconheceu que parte do serviço já havia sido executada. Para o parlamentar, a presença do servidor em plenário poderia esclarecer o assunto diretamente.

O **Requerimento nº 77/2025**, também de Fabinho, Rafael Poly e Sheila Gabarron, voltou a cobrar informações sobre a Estação Compacta de Tratamento. Fragal destacou que a empresa responsável pela obra é renomada e que, ao assumir a gestão, a prefeita encontrou valores elevados a pagar, mas os engenheiros fiscais Lucas e Cássio não autorizaram o repasse integral por entenderem que parte das medições não estava devidamente comprovada. Segundo ele, a empresa teve de complementar projetos e documentos para liberar cerca de R\$ 500 mil em pagamentos, restando ainda etapas a concluir. O vereador afirmou que, em razão da investigação do Gaeco, a Caixa Econômica passou a acompanhar a execução com auditoria própria, exigindo novos documentos da contratada. “As coisas estão andando, não estão paradas. Falta pouco para concluir, mas é preciso cumprir os trâmites legais para não haver problemas futuros. O Gaeco já emitiu parecer e agora se aguarda o posicionamento jurídico da Caixa”, explicou.

Já o **Requerimento nº 75/2025**, assinado por Sheila Gabarron, Fabinho e Rafael Poly, reiterava a solicitação de relatórios do Controle Interno e questionava a legalidade de alguns pagamentos feitos pelo Executivo. O pedido foi rejeitado sem novas manifestações sobre o assunto.

Assim como na semana anterior, os autores defenderam que os requerimentos são instrumentos legítimos de fiscalização e transparência. Por outro lado, vereadores da base sustentaram que os esclarecimentos podem ser prestados diretamente pelos responsáveis em plenário, sem necessidade de novos pedidos formais.

APROVADO

Diferente desses, o **Requerimento nº 74/2025** foi aprovado. Apresentado por Fabinho, Nathalia Simmer, Rafael Poly e Sheila Gabarron, o pedido solicita informações sobre a fiscalização, o licenciamento e o cumprimento da legislação municipal referente à instalação de outdoors em Marialva. Os autores apontaram preocupação com a poluição visual, a segurança viária e o descumprimento de regras previstas no Plano Diretor e no Código de Posturas.